

Reserva extrativista para quê? O olhar de quatipuru-mirim sobre a Resex marinha de Tracuateua e as políticas públicas implementadas

A Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Resex-Mar de Tracuateua) é uma unidade de conservação (UC) federal que possui uma única comunidade tradicional dentro de sua área, a comunidade de Quatipuru-Mirim. Nesse sentido, este estudo objetivou analisar como comunitários de Quatipuru-Mirim percebem a existência da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua e quais políticas públicas têm sido implementadas na comunidade. Esta UC está localizada no Nordeste Paraense, no município de Tracuateua, distante cerca de 40 minutos da sede municipal. A pesquisa teve cunho qualitativo com aplicação de entrevistas a 15 moradores, abordando questões referentes ao conhecimento da unidade, sua gestão, importância e impacto na vida da comunidade. Para além disso, foi realizado um panorama das políticas públicas sociais e as voltadas para áreas protegidas, que estão implementadas na Resex. Os moradores reconhecem que estão dentro de uma unidade de conservação, no entanto, tem pouca participação nos processos de gestão, relacionando muitas vezes a existência da área apenas a construção de casas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No que tange às políticas públicas, o Programa de habitação do INCRA é o mais presente na comunidade, enquanto as políticas sociais voltadas a saúde e a infraestrutura são precárias, afetando a qualidade de vida dos moradores da comunidade de Quatipuru-Mirim. Diante dessa realidade, é preciso realizar ações que gerem melhorias aos moradores, bem como promovam o sentimento de governança para a incorporação do sentimento de pertencimento a uma área protegida, considerando que este sentimento possibilitará a efetiva proteção desse espaço e do modo de vida desta comunidade.

Palavras-chave: Área protegida; Percepção ambiental; Comunidade tradicional; Políticas públicas.

Extractive reserve for what? Quatipuru-mirim's view on the Tracuateua Marine extractive reserve and the public policies implemented

The Tracuateua Marine Extractive Reserve is a federal protected area that has a single traditional community within its area, the Quatipuru-Mirim community. In this sense, this study aimed to analyze how the Quatipuru-Mirim community perceives the existence of the Tracuateua Marine Extractive Reserve (Resex-Mar de Tracuateua) and what public policies have been implemented in the community. This protected area is located in northeastern Pará, in the municipality of Tracuateua, about 40 minutes from the municipal headquarters. The research was qualitative nature with interviews with 15 residents, addressing issues related to knowledge of the protected area, its management, importance and impact on community life. In addition, an overview of public social policies and public policies for protected areas was carried out, which are implemented in Extractive Reserves. Residents recognize that they are within a protected area, however, have little participation in management processes, often relating the existence of the area only to housing construction by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA). Regarding public policies, INCRA's Housing Program is the most present in the community, while social policies focused on health and infrastructure are precarious, affecting the quality of life of Quatipuru-Mirim community residents. Given this reality, it is necessary to take actions that bring improvements to the community, as well as promote the feeling of governance for the incorporation of the feeling of belonging to a protected area, considering that this feeling will enable the effective protection of this space and the way of life of this Community.

Keywords: Protected area; Environmental perception; Traditional Community; Public policy.

Topic: **Planejamento, Gestão e Políticas Públicas Ambientais**

Received: **06/08/2021**

Approved: **29/08/2021**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Josinara Silva Costa 

Universidade Federal do Pará, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/0388389073245118>

<http://orcid.org/0000-0002-5666-7272>

josinarascosta@gmail.com

Tainá Teixeira Rocha 

Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7483048741747967>

<http://orcid.org/0000-0001-6842-2945>

rochataina@gmail.com

Neuma Teixeira dos Santos 

Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/1880578794491069>

<http://orcid.org/0000-0003-3026-4296>

neumasantosufra@gmail.com



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2021.008.0042

Referencing this:

COSTA, J. S.; ROCHA, T. T.; SANTOS, N. T.. Reserva extrativista para quê? O olhar de quatipuru-mirim sobre a Resex marinha de Tracuateua e as políticas públicas implementadas. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.8, p.513-533, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.008.0042>

INTRODUÇÃO

A crise ecológica global anunciada ainda no século XX, trouxe para debate internacional a relação insustentável entre sociedades humanas e recursos naturais. E é na insatisfação com o modelo de desenvolvimento, bases políticas e sociais, que muitas organizações da sociedade civil ganharam força (LEFF, 2015), entre eles está o movimento ambientalista. De campo diversificado por unir lutas das populações indígenas, camponesa, operária, popular, classe média urbana, entre outros, o ambientalismo busca por relações mais justas e sustentáveis nos âmbitos econômico, social e ambiental, como por exemplo, “as demandas de transestabilização das políticas públicas e abertura de novos espaços de autogestão” (LEFF, 2015).

O movimento seringalista, pode ser considerado um resultante do despertar dos movimentos sociais, no reconhecimento dos problemas socioambientais. Esta classe, consagrada como uma das várias populações tradicionais existentes na Amazônia brasileira, surge diante de uma diversidade de questões teóricas e práticas, impulsionada pelas demandas socioambientais e fundiárias iniciadas no ciclo da borracha (ALLEGRETTI, 1994; SIMONIAN, 2000; SILVA, 2003; 2008). É dentro dos anseios do movimento seringalista que se percebe a luta por políticas governamentais mais justas e conservação do território amazônico (SILVA et al., 2015). Assim, as Reservas Extrativistas (Resex) irrompem como resposta governamental aos desejos dos seringueiros, com dois principais objetivos: a proteção do modo de vida e do território de populações tradicionais e o uso sustentáveis dos seus recursos naturais (ALLEGRETTI, 1992; BRASIL, 2000). A criação desses espaços também pode ser entendida como “[...] uma reforma agrária inspirada no modelo das reservas indígenas e nas de unidades de conservação” (ALLEGRETTI, 2008).

Apesar de ser uma categoria de unidade de conservação (UC) de uso sustentável, que tem suas origens no território amazônico, as Resex também alcançaram outros biomas, como a proteção da zona costeira, numa extensão denominada de reserva extrativista marinha (Resex-Mar), que tem por finalidade proteger os recursos marinhos, bem como o sustento das comunidades tradicionais que vivem na região e que são diretamente dependentes destes recursos (SILVA, 2004; VIVACQUA et al., 2018). Logo, a maneira como foi institucionalizada fez dessa área protegida uma política pública (RODRIGUES, 2017; ARAÚJO et al., 2018), que teoricamente, a partir de sua existência deve promover proteção às comunidades dependentes dos recursos naturais existentes nela.

Desde a sua institucionalização como política pública territorial, já foram criadas 28 Resex-Mar no Brasil, com a presença de 12 delas na zona costeira Paraense (RODRIGUES et al., 2017). A criação destas Resex no litoral do Estado se configura como “uma tentativa muito válida de atingir os objetivos tanto do poder público, quanto do povo tradicional que habita a região, apesar das dificuldades enfrentadas devido a implementação de um novo modelo de gestão” (RODRIGUES, 2017). E é dentro deste cenário que se encontra a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Resex-Mar de Tracuateua), localizada no município de Tracuateua, Nordeste Paraense, com uma única comunidade dentro dos seus limites físicos, a comunidade de Quatipuru-Mirim, área de estudo desta pesquisa.

É necessário ressaltar que a criação dessas unidades, como é o caso da Resex-Mar de Tracuateua, por si só não garante a melhoria na qualidade de vida das comunidades que integram esses espaços protegidos. Para além de uma política pública territorial, é necessário que as políticas relacionadas à infraestrutura e serviços básicos também estejam presentes, como tentativa de garantir a sustentabilidade e efetividade dessas áreas (SANTOS et al., 2017). Alia-se a isso, o fato de que muitas dessas unidades, que por lei devem ser criadas a partir dos anseios das comunidades tradicionais (BRASIL, 2000) passaram a ser instituídas por intervenção do Estado, dificultando a inserção das comunidades no processo de criação e, até mesmo, na compreensão dos significados e da importância dessas áreas protegidas (CONTENTE, 2013; COSTA, 2014).

Diante disso, objetivou-se com o estudo, analisar como a comunidade de Quatipuru-Mirim percebe a existência da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua e quais políticas públicas têm sido implementadas na comunidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, uma vez que se volta à uma realidade local. Prodanov et al. (2013) afirmam que este “[...] é um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc.”.

O estudo de caso tem como vantagem a orientação da pesquisa para a busca de explicações convincentes acerca de realidades que abordam complexos fenômenos sociais, além de permitir a criação de uma teoria que explique o caso estudado, possibilitando compreender de forma analítica as proposições investigadas na pesquisa e outros conhecimentos que surgirem como desdobramento dela (MARTINS, 2006).

Quatipuru-Mirim na Resex-Mar de Tracuateua: área de estudo

A comunidade de Quatipuru-Mirim, está localizada na Reserva Extrativista Marinha Tracuateua, município de Tracuateua, Nordeste do Pará (Figura 1). A unidade foi criada por meio de decreto federal, em 20 de maio de 2005 (BRASIL, 2005) e representa cerca de 29% do território municipal (FAPESPA, 2015). Quatipuru-Mirim fica a uma distância de 40 minutos do centro de Tracuateua, ocupada por uma comunidade que vive da pesca artesanal de peixe e camarão para consumo e comercialização (SILVEIRA, 1979).

A reserva fica distante 169 km da capital Belém (RODRIGUES et al., 2017) e possui um território com área de 27.864,08 hectares (ICMBio, 2019), sendo 8.113 hectares correspondem a espelho d’água e 19.039 hectares são compostos, principalmente, de manguezais, incluindo áreas de restingas, praias, campos naturais e ilhas (MAIA et al., 2016). O município de Tracuateua em todo o seu território apresenta clima do tipo *Am*, pela classificação de Köppen, com um período chuvoso entre os meses de janeiro e julho e um período seco de agosto a dezembro e variação de temperatura entre 26 °C e 32 °C (PARÁ, 2014). Quatipuru-Mirim é a única comunidade presente no interior da unidade, estando os demais usuários em comunidades do entorno.

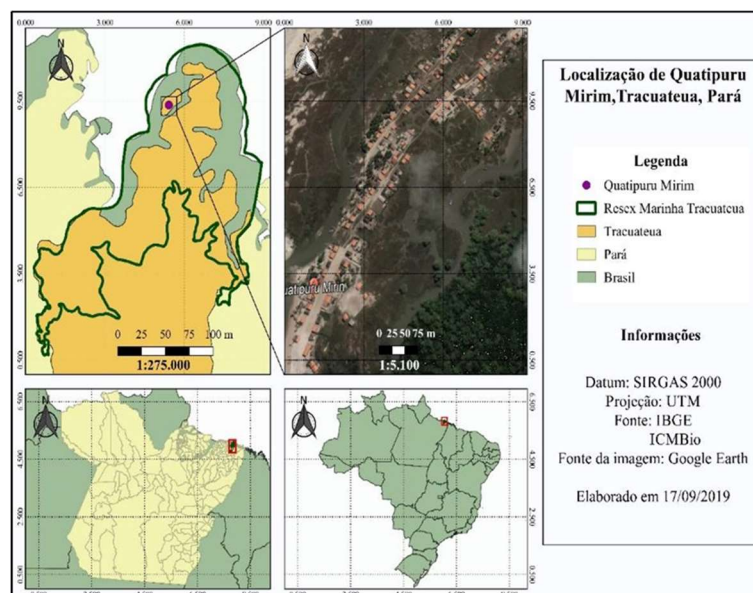


Figura 1: Localização da comunidade de Quatipuru-Mirim, Tracuateua, Pará.

Produção e análise dos dados

A produção de dados ocorreu por meio de pesquisa de campo de caráter exploratório e de observação (PRODANOV et al., 2013). O método observacional tem sido um dos mais utilizados quando se envolve as ciências sociais (GIL, 2008), com a observação direta apresentando-se como uma ferramenta de grande valia para levantamento de dados (VIANNA, 2003), servindo de complemento às demais técnicas de coleta que foram utilizadas nesta pesquisa, na busca de compreender o olhar deles para a unidade de conservação.

Para além da observação foram realizadas 15 entrevistas com comunitários de Quatipuru-Mirim. A escolha dos entrevistados foi realizada de forma aleatória, com o tamanho amostral baseado em Gaskell (2002) que afirma que o número de entrevista individual em pesquisa qualitativa pode variar de 15 a 25. Principalmente, se considerar que nesta abordagem, o fundamental é conseguir compreender o tema e explorar as diversas representações do objeto de estudo, logo, o principal critério é a exploração e compreensão dos diferentes pontos de vista presentes na pesquisa e não a quantificação destas opiniões (FRASER et al., 2004).

As entrevistas seguiram metodologia da história oral, a partir do pressuposto defendido por Bosi (1994) de que “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. (...) A memória teria a função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo”. Dentro desta abordagem, a história oral se apresenta como ferramenta ideal para o resgate da memória dos sujeitos envolvidos neste estudo, pois ela atua na perspectiva de resgate de memórias para pesquisa em diferentes âmbitos. Nesse sentido, para além de preservar a memória física e espacial é necessário “descobrir e valorizar a memória do homem”, pois esta pode ser uma memória coletiva (THOMPSON, 1992).

Para tanto, o roteiro de entrevista foi elaborado mediante metodologia para história de vida, por se considerar que tais relatos contam a história de quem a viveu, com o seu ponto de vista como principal

referência, o que auxilia a obtenção de informações referentes ao passado não registrado que foi vivido e testemunhado por quem relata (CHIZZOTTI, 2014). O roteiro foi construído dentro do modelo de entrevista aberta (MINAYO, 1993), pois é a que melhor se enquadra dentro da metodologia de história oral. As perguntas abordadas durante a entrevista buscaram conhecer o envolvimento dos comunitários com a unidade de conservação em que estão inseridos, bem como descobrir quais políticas públicas estão implementadas na comunidade. Nesta perspectiva os questionamentos abordavam temas como: conhecimento da existência da UC; processo de criação; proximidade da comunidade com a gestão da unidade; cenário das políticas públicas sociais e territoriais dentro da comunidade.

As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio do método da interpretação dos sentidos proposto por Minayo et al. (2016), que se ancora na hermenêutica dialética (MINAYO, 2006) e na análise por triangulação de métodos (GOMES et al., 2005; MARCONDES et al., 2014). Ao analisar os dados produzidos por meio deste método toma-se como base que:

[...] as culturas são essas intrincadas teias e a sua interpretação pelos que a vivem e ao mesmo tempo produzem estruturas de significados socialmente estabelecidos. A interpretação seria, portanto, a compreensão dessas estruturas, dentro de sua base social e material. A dialética entre as interpretações e reinterpretções dos diferentes atores sociais que interagem dentro das condições objetivas em determinado espaço e tempo é a contextualização. (GOMES et al., 2005)

Ressalta-se que os nomes indicados nas falas transcritas, que compõe os resultados desta pesquisa, são pseudônimos usados para proteger a identidade dos entrevistados. Ademais, os comunitários concederam autorização para a realização da entrevista por meio da assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido – TCLE e a transcrição foi realizada com fidelidade a fala dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil dos participantes da pesquisa

Dos 15 comunitários entrevistados, seis foram mulheres e nove foram homens, com idades entre 43 e 66 anos e 35 e 60 anos, respectivamente. O nível de escolaridade variou entre o ensino fundamental I e II, ambos incompletos. Para os homens, seis deles estudaram apenas até o fundamental I e para as mulheres, quatro delas chegaram até o fundamental II. A baixa escolaridade dos entrevistados conversa com outros levantamentos socioeconômicos de pescadores, no qual se tem a maioria dos entrevistados com ensino fundamental incompleto (RABELO et al., 2017; ANDRADE et al., 2018).

A principal atividade de renda é a pesca, com oito entrevistados se reconhecendo como pescadores (seis homens e duas mulheres), três das comunitárias são aposentadas, uma trabalha com comércio (gêneros alimentícios) e pesca, um comunitário é barqueiro (transporta passageiros de barco até o porto da Alemanha¹, com pagamento de passagem), um produz rede para os pescadores da comunidade e região e um depende da pesca que é realizada pelo seu filho. Mesmo que a pesca não seja praticada comercialmente por todos, ela ainda é uma atividade realizada para consumo, como expresso na fala do entrevistado

¹ Este porto está localizado nas coordenadas 0°50'20"07 S e 46°53'13"96 O, em um dos tributários da Baía de Quatipuru, com acesso por estradas vicinais de Tracuateua.

Raimundo (58 anos): “trabalho no horário [embarcação de transporte]. Já pesquei muito. Eu pesco, às vezes, para uma boia”.

Quatipuru-Mirim e a Resex Marinha de Tracuateua

O conhecimento dos comunitários quanto a existência de uma unidade de conservação no município de Tracuateua foi quase unânime (Quadro 1), com exceção de um pescador que afirmou não saber da existência da Resex Marinha de Tracuateua.

Quadro 1: Trechos das entrevistas sobre o conhecimento quanto a existência da Resex Marinha de Tracuateua.

Conhecimento sobre a existência da unidade de conservação
“Tinha uma placa um tempo desses aí, mas quebraram” (José Augusto, 46 anos)
“Ah, dali dos campos, né [referindo-se a sede da AUREMAT]” (Maria do Socorro, 54 anos)
“Olha a Resex daqui é ali no município de Tracuateua, nos campos [campos alagados, onde está localizada a sede da AUREMAT]” (Ana, 49 anos)
“Tinha uma Resex, essa Resex era pra ser construída aqui, que é uma sede [da AUREMAT] que tem pra li [apontou em direção aos campos alagados]” (Marina, 64 anos)

Apesar de a maioria dos entrevistados terem conhecimento sobre a área protegida, apenas dois afirmaram que participaram do processo de criação. No entanto, estes que confirmaram ter participado confundiram a criação da unidade com o processo de cadastro para serem beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, do INCRA, como exposta nas seguintes falas: “participei, fizemos ainda o cadastro pra vim a casa pra nós, não tivemos sorte” (Pedro, 60 anos); “participei de muita reunião, ganhei o apoio da Resex, ganhei a casa né, ganhei outros objeto de casa, como a geladeira, a caixa d’água, o fogão, máquina, essas coisas” (Marina, 64 anos).

Mesmo que a maioria dos entrevistados tenham afirmado não ter participado da criação da Resex, no primeiro Plano de Uso da reserva consta, em seu histórico, que a sua criação surgiu a partir de demandas da comunidade de Quatipuru-Mirim em conjunto com outras 26 comunidades do entorno da unidade (BRASIL, 2006). O que pode ter ocorrido é que os integrantes desta pesquisa não participaram de forma direta do processo. Essa afirmação se concretiza quando se analisa a fala de três deles, que afirmam que o cônjuge participou do processo: “Não, quem participou foi ela aqui [esposa]” (Francisco, 45 anos); “Não, quem fez o cadastro foi meu marido, foi ele quem participava” (Sandra, 59 anos); “Não participei. Mas, ela participou [esposa]” (Miguel, 54 anos).

Dois analistas ambientais que já foram gestores da Resex-Mar de Tracuateua também apontam para a participação social das comunidades beneficiárias da unidade no seu processo de criação, corroborando com o descrito no plano de uso acima mencionado. Um deles informou que a criação desta Resex foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais (CNPT), a partir de abaixo-assinados provenientes das comunidades tradicionais. Um dos analistas, no entanto, informou que a demanda surgiu após palestras realizadas pelo CNPT em Bragança, Viseu e Augusto Correa (não sendo realizada em Tracuateua). De acordo com Rodrigues et al. (2017) e Costa (2014), as reivindicações para criação desses espaços também partiu de outras instituições públicas, como a Universidade Federal do Pará, campus Bragança. Assim, dentro desse

processo, a participação das comunidades tradicionais usuárias e beneficiárias da unidade ocorreu a partir do esforço de diferentes instituições envolvidas no processo, como prefeituras, universidades, sindicatos para mobilização e esclarecimento da necessidade de se criar a área protegida na região (RODRIGUES et al., 2017).

Para além de perceberem a existência da reserva, onze dos entrevistados têm ciência de que a comunidade de Quatipuru-Mirim está dentro da área desta unidade, como expressas nas falas dos entrevistados: “A Resex aqui, o coração da Resex aqui é a praia [Quatipuru-Mirim]” (Francisco, 45 anos); “Está dentro, porque toda reunião que tu fazes lá, a gente vai lá participar. Aí ele disse que nós aqui [comunidade] somos o coração de lá [AUREMAT], porque aqui é a praia né. Aí ele disse que a gente que comanda mesmo lá” (Jade, 43 anos); “tenho. Aqui que era para ser a sede tinha que ser aqui. Porque ela foi fundada né, a reserva maior do município de Tracuateua se chama aqui. Ai gente mais que morou para lá, já puxaram para lá. Mas, a sede mesmo tinha que ser aqui. Tudo quanto é coisa só depende daqui” (Raimundo, 58 anos); “está dentro da Resex. A primeira praia é essa daqui. Primeiro por essa daqui que foi fundada a Resex” (Miguel, 54 anos).

Apesar da percepção de pertencerem a um espaço protegido, 12 dos entrevistados não participam de reuniões do Conselho Deliberativo (CD): “Não, nunca cheguei a participar” (Francisco, 45 anos); “Ah, às vezes a gente está pescando nunca dá certo” (José Carlos, 59 anos); “Não, nunca participei de reunião de lá não” (Ana, 49 anos). No que cerne a representação da comunidade no conselho da unidade, sete dos comunitários afirmaram que Quatipuru-Mirim tinha um representante, mas que já não mais possuem, enquanto quatro afirmaram não existir representante, e quatro afirmaram ter, no entanto, informaram pessoas distintas: “Rapaz, a gente conhece pelo apelido, agora o nome não sei não. Ele é conhecido como Cafute²” (José Augusto, 46 anos); “É a Caburoa” (Irene, 66 anos); “Tem dois aí, tem o gavião, tem a nega” (Raimundo, 58 anos); “O gavião. Parou, deu uma falida nesse negócio aí” (Mateus, 50 anos).

A partir de informações cedidas pelo atual gestor da unidade, a comunidade possui representação no Conselho, sendo esta reconhecida como Caburoa, como a maioria dos entrevistados mencionaram (mesmo aqueles que afirmaram que já possuíram, mas que não há mais, informaram o nome desta moradora). Outro ponto importante a ser mencionado, é a informação dada por um antigo gestor da unidade, que informou que a relação da instituição com a comunidade nos primeiros anos após a criação da Resex foi difícil, por conta de Quatipuru-Mirim ter uma relação estreita com a Colônia de pesca de Tracuateua, que na época não tinha uma boa relação com a Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua - AUREMAT.

Apesar de reconhecerem que a comunidade a qual pertencem encontra-se dentro da Resex-Mar de Tracuateua, perceber que a maioria dos entrevistados não participam de reuniões do CD promove um paradoxo, ao considerar que o objetivo de existência de uma reserva extrativista é justamente proteger e dar voz aos atores dependentes desse espaço, o que por sua vez assegura a eles a participação majoritária

² Durante as entrevistas foi informado pelos entrevistados que os moradores da comunidade se conhecem mais por apelidos que pelos nomes próprios.

nessa ferramenta de gestão (BRASIL, 2014). Nesta perspectiva, a não participação dos atores vai de encontro com as bases de criação de conselhos deliberativos em Resex, haja vista que a sua existência se pauta na gestão participativa, objetivando o exercício da democracia e o favorecimento das negociações dos atores interessados (LOUREIRO et al., 2008).

A Portaria nº 83, de 27 de agosto de 2010 altera a composição do CD da unidade estudada, que é composto por 23 membros, destes, seis pertencem aos pólos formados pelas comunidades que se encontram no entorno da reserva e são usuárias de seus recursos e um pertence a Quatipuru-Mirim, que de acordo com analista ambiental do ICMBio possui representante da comunidade. No entanto, o desconhecimento de um representante por parte dos entrevistados é um fator relevante na análise da representação dos interesses da comunidade perante a gestão da unidade, se considerar que a representatividade está ligada a “fazer as vezes do outro ou estar no lugar do outro”, ato que só se torna possível quando o representante tem proximidade a quem está representando (DOWBOR et al., 2008).

A frequência de visitas do ICMBio a comunidade também foi uma pergunta relevante para avaliar a relação da comunidade com o órgão gestor da unidade, em que de acordo com 14 comunitários entrevistados o órgão realiza visitas a comunidade, porém, não existe uma frequência, expressa em todas as falas e exemplificadas nas seguintes: “Eles, às vezes aparecem por aqui. É muito difícil eles aparecer por aqui” (José Carlos, 59 anos); “Rapaz, antes tinha um que sempre vinha aqui, fazia reunião com a gente, um senhor, esqueci o nome dele, inclusive esse cara morreu (...)” (Raimundo, 58 anos); “Não, não. Sempre eles vinham aqui, agora não veio mais. Tem mais de dois anos” (Mateus, 50 anos); “Eles vêm, de vez enquanto eles vêm aqui. Eles tão fazendo três a quatro mês que não vieram mais aqui” (Sandra, 59 anos); “Tão demorando vim. Eles fazem reunião aí” (Pedro, 60 anos); “De vez enquanto eles vêm aqui” (Miguel, 54 anos); “Costumavam, mas não vieram mais não. Acho que está bem com mais de ano, mais de ano? Acho que tem mais de três anos” (Marina, 64 anos).

Dos entrevistados que confirmaram visitas do ICMBio, para além dos supracitados, o que se percebe é uma relação e/ou confusão entre instituições, ora do órgão gestor com o INCRA, ora do ICMBio com a AUREMAT (Quadro 2).

Quadro 2: Trechos das entrevistas demonstrando a relação/confusão feita pelos comunitários entre o ICMBio e outras instituições envolvidas com a Resex-Mar de Tracuateua.

Conhecimento dos entrevistados quanto ao órgão responsável pela Resex-Mar de Tracuateua	
Relação entre o ICMBio e o INCRA	Relação entre o ICMBio e a AUREMAT
“Rapaz, nunca mais vieram. Desde o dia que me entregaram essa casa aqui. Que vieram aqui, não vieram mais. Entregaram aqui em 2006” (Francisco, 45 anos)	“Olha, eu não vou dizer que toda vez vem, não. As vez, depois que teve essa reunião, porque troca assim, não sei se de quatro em quatro anos, que eles faz né [votação da AUREMAT], a votação, ainda não vieram” (Jade, 43 anos)
“Rapaz, vinha. Agora, logo no início dessas casas aí do IBAMA [INCRA] aí” (Paulo, 41 anos)	“Assim, só vem quando eles vêm mesmo atrás de voto [AUREMAT]. É muito difícil esse pessoal vim aqui na praia” (Lucas, 35 anos)
	“É difícil ele vim aqui, é que nem eu tô falando, só vem esse rapaz aqui atrás de cobrar as mensalidade [AUREMAT], as vezes, não todo tempo que vem uns que convocam fazer reunião aqui, mas é difícil” (Ana, 49 anos)

Outra relação que dois comunitários fizeram ao ICMBio foi com as fiscalizações que o órgão faz

próximo a comunidade, principalmente na área onde existe curral³:

Só quando é para levar uma rede [risos][fiscalização]. Pra fazer o mal, o bem não é. Minha sogra fez uma caieira⁴ aí, foi uma denúncia, todo mundo tinha pau pra caieira, né. Para fazer carvão, todo mundo tinha pau por aí. Vieram certinho nela. Só multaram ela e foram embora (José Augusto, 46 anos).

Não, só conhece eles quando eles passam aí para fazer o mal [fiscalização] e ir embora, porque o bem eles não vêm fazer né. Porque se eles viessem, eles vinham aqui, conhecer a comunidade, conversar, explicar tudinho, só que o que eles vão achando, eles vão prendendo, vão multando, assim que funciona (Irene, 66 anos).

De acordo com o último gestor da unidade, antes da implementação do Núcleo de Gestão Integrada, realizadas visitas frequentes a comunidade, seja para reuniões com os moradores para informes ou para renovação do comitê representante do conselho, seja para ações em conjunto com a prefeitura de Tracuateua ou ainda nas fiscalizações realizadas pelo órgão, estas fiscalizações estão relacionadas, principalmente, a pesca.

A confusão quanto ao reconhecimento do órgão que gere esta unidade também foi perceptível durante entrevistas em pesquisa realizada com moradores do entorno desta Resex, em que as relações feitas pelos entrevistados em relação a Resex-Mar de Tracuateua foram majoritariamente com a presença do INCRA no processo de construção de casas para os usuários da unidade (COSTA, 2014). Esse desconhecimento quanto ao ICMBio ser o responsável governamental pela área, também é explicada em entrevista por um analista ambiental do ICMBio que relatou a ausência física do órgão até o ano de 2009 na região, tanto em questão de analistas quanto de estrutura operacional (COSTA, 2014), realidade esta que favorece o desconhecimento da comunidade quando se trata do órgão.

Ao analisar este cenário percebe-se na fala dos entrevistados, bem como nos resultados do estudo de Costa (2014), o pensamento de que as propriedades do Estado, como é o caso das reservas extrativistas, dificilmente são associadas a uma gestão bem-sucedida, principalmente, quando se considera que a estrutura de pessoas necessárias para a gestão delas, é pouco desenvolvida no organograma do governo (FEENY et al., 2001).

A importância da reserva para a proteção dos recursos naturais e do modo de vida da comunidade, pelo olhar dos comunitários foi outro ponto abordado nas entrevistas. No que cerne a importância para a proteção dos recursos naturais, nove deles afirmaram ser importante e cinco disseram que não era. Quanto a proteção do modo de vida da comunidade, dez dos entrevistados acreditam que a unidade é importante para este fim, e quatro afirmaram não ser. Para ambos os casos alguns trechos de entrevistas foram apresentados no Quadro 3. Um dos entrevistados não respondeu a nenhuma das perguntas referentes a importância da unidade.

Ao trabalhar a importância da unidade para a proteção dos recursos naturais e do modo de vida da comunidade de Quatipuru-Mirim – por se tratar de uma Resex – se aborda implicitamente os artigos 4 e 5

³ Curral é um local de pesca particular onde cada pescador possui uma área delimitada por meio de “varas de madeira, telas de náilon, redes e cabos de amarração” e são construídos em regiões de baixa declividade e mar calmo (LUCENA et al., 2013).

⁴ Caieira pode ser considerada uma técnica para produção de carvão, com a queima de pedaços de madeira em buracos na terra, que são tapados com areia. Em Quatipuru-Mirim o processo ocorre sem uso de buracos, com as torras de madeira sendo cobertas com areia e grama. A madeira queima até transformar-se em carvão. O carvão produzido é utilizado para produção de fogo em fogões artesanais.

do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que tratam dos objetivos e diretrizes do sistema, que basicamente estabelecem motivos para dar base a necessidade de se criar espaços protegidos em forma de unidades de conservação. Para além desses artigos, também se aborda os próprios objetivos das reservas extrativistas, expostos no artigo 18, definidos como a importância da proteção dos “meios de vida e a cultura dessas populações”, bem como dos recursos naturais como forma de “assegurar o uso sustentável” deles na unidade (BRASIL, 2000).

Quadro 3: Trechos das entrevistas sobre a importância da Resex-Mar de Tracuateua para a proteção dos recursos naturais e do modo de vida da comunidade.

Importância da Resex-Mar de Tracuateua para a proteção dos recursos naturais	
Importante	Não importante
“É né. Porque se não fosse essa resex aí já tinha acabado com tudo já” (Francisco, 45 anos)	“Eu não acho assim tão importante” (José Carlos, 59 anos)
“É importante, se deixar eles destruírem aí fica ruim para nós, né” (Lucas, 35 anos)	“botaram muito proteção aí no mangal, mas o pessoal sempre tira pau, derruba pau, isso acho que não” (Marina, 64 anos)
“É boa é. O pessoal já não vem desmatando muito o manguezal, né. Protege mais um pouco só que não protege muito, mas tem medo. ajuda né” (Pedro, 60 anos)	
Importância da Resex-Mar de Tracuateua para a proteção do modo de vida da comunidade	
Importante	Não importante
“É importante para proteger a gente né, principalmente, como o peixe, como os manguezais que eles vão tirar, quando é o tempo do caranguejo, eles vão tirar muito, eles derrubam, estragam, as vezes já não aproveita aqueles que tão caído [árvore], já vão é cortar aquela verde, as vezes já só mesmo para derrubar, que as vezes eles nem tragam. Deixa lá” (Jade, 43 anos)	“Não, não. Para nós aqui não é importante não” (Paulo, 41 anos)
“É importante né, porque é o único órgão que a gente tem aqui perto né” (Raimundo, 58 anos)	“Mais para lá [Chapada], para cá assim eles não fazem nada assim que protege aqui não. Porque aqui eles tiram pau pra caieira, eles tiram, desmatam tudo” (Ana, 49 anos)

Dos entrevistados que afirmaram ser importante a Resex para as duas vertentes (ambiental e social), somente os que constam no quadro acima justificaram sua resposta, e nas narrativas é perceptível que a maioria associa esta importância à proteção dos manguezais da região, tanto para a questão ambiental quanto para o modo de vida da comunidade, mostrando a relação de dependência dessa população com os recursos naturais existentes na área da unidade. Os que afirmaram não ser importante, acabam por corroborar com os resultados obtidos por Costa (2014) que afirma que o grau de entendimento e de participação das populações usuárias e beneficiárias quanto a Resex-Mar de Tracuateua é questionável.

Esta realidade acaba por recair na relação entre as populações tradicionais e a racionalidade estatal nas reservas extrativistas. Essa assertiva se baseia no fato de que o Estado como campo burocrático, em que se sobrepõe a “dominação do racional/legal”, as ações dos atores envolvidos acabam por ser legitimadas a partir “das regras do jogo” (racionalidade estatal), o que acaba por favorecer ou desfavorecer os sujeitos envolvidos nessa trama. O desfavorecimento se alicerça no fato de que quanto maiores forem as habilidades jurídicas, no quesito das relações burocráticas com o Estado, maiores serão as chances de se ter sucesso no cumprimento das regras do jogo, enquanto o contrário acaba por produzir um cenário de descumprimento, logo de desfavorecimento dos sujeitos envolvidos (SILVA et al., 2015).

Para tais autores, é nessa racionalidade estatal que muitas populações tradicionais amazônicas estão sendo encaixadas, sem o menor entendimento de tais regras, uma vez que estes povos:

(...) estiveram durante muito tempo à margem dos processos racionais/legais do Estado Brasileiro e agora residem em Unidades de Conservação da Natureza, como as RESEX [...]. Contudo, a maioria dessas populações (ou ao menos suas lideranças) não teve o devido preparo para essa nova realidade, que exige *expertise* e capacidade de aplicação de

conhecimentos baseados nos estatutos. (SILVA et al., 2015)

Tanto nas falas sobre o conhecimento da existência da unidade, do pertencimento da comunidade a área da Resex, da presença da gestão, quanto a importância da área protegida para Quatipuru-Mirim percebe-se uma forte relação feita pelos comunitários com a associação de usuários (AUREMAT), por vezes até uma ligação negativa e insatisfatória do espaço com a representação. Essa realidade também foi notada em pesquisa realizada na Resex Marinha Caeté-Taperaçu, em que foi apontado a insatisfação quanto a representação da associação, especificamente no CD (SILVA JÚNIOR et al., 2018), mas ainda assim demonstra que a relação entre representação e comunidades representadas, por vezes apresenta-se conflituosa.

Para finalizar a compreensão dos entrevistados quanto a sua relação com a Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, foi perguntado a eles se a criação da unidade trouxe alguma mudança para a vida deles, enquanto comunidade, e o que se obteve foi uma negativa pela maioria dos comunitários (oito dos quinze), como expresso em algumas falas: “Pra mim não teve mudança de nada não” (José Augusto, 46 anos); “Na nossa vida não” (Maria do Socorro, 54 anos); “Até agora não (Irene, 43 anos); “Não achei mudar nada” (Sandra, 59 anos); “Só se pra lá [região dos campos alagados], porque aqui eu acho que pra nós não teve” (Marina, 64 anos).

Dos sete que afirmaram que a reserva trouxe mudanças para a comunidade, cinco relacionaram a mudança com as casas recebidas pelo Programa habitacional do INCRA, enquanto um afirmou apenas que trouxe melhoria e outro mencionou a entrega de material de pesca dado pelo órgão (Quadro 4).

Quadro 4: Trechos das entrevistas com descrição do impacto da criação da Resex-Mar de Tracuateua na visão dos comunitários de Quatipuru-Mirim.

Impacto da criação da Resex-Mar de Tracuateua para a comunidade
“Trouxe. Trouxe o conforto né. A coisa que a gente não tinha, que era para a gente fazer uma casa, era difícil né. Aí veio tudo mais fácil. Aí foi bom” (Francisco, 45 anos)
“Trouxe no tempo do Lula [presidente], né. Com essas casas aí” (Raimundo, 58 anos)
“Sim, a casa, a gente se associamos foi que veio” (Ana, 49 anos)
“Trouxe, trouxe uma parte de mudança (...). Mudou assim porque fizeram essas casas aí, esses pessoal tiveram a sorte de ganhar, mudou também, mais um pouco pra eles que não tinham” (Pedro, 60 anos)
“Mudou assim, pouco(...). Melhorou assim, por causa das casas que ganhamos, porque assim muitos não tinham condição de ter uma casa, através deles que o pessoal ganhou uma casa. Mas, tirando disso não. Os projetos que sai de lá, é feito mais pra lá [região dos campos]” (Miguel, 54 anos)
“Trouxe sim, não 100%, mas trouxe sim” (Mateus, 50 anos)
“No começo melhorou um pouquinho porque nos estava sem rede de pesca. Ai na época eles me ajudaram aí com esse material que eu não tinha aí já foi feito o pedido. Ai favoreceu mais” (José Carlos, 59 anos)

Nas falas é perceptível que os entrevistados que reconhecem mudanças com a implementação da unidade, a maioria associa aos benefícios trazidos por ela, não associando mudanças na proteção dos recursos naturais, dos quais eles são dependentes, nem na proteção do modo de vida deles. Balarei (2012) em estudo realizado na Resex Marinha Caeté-Taperaçu, vizinha a Resex-Mar de Tracuateua, também observou nos entrevistados de uma comunidade do entorno, usuários dos recursos da unidade, que a Resex é tida por eles apenas, mais um benefício a ser usufruído.

Ao analisar estes resultados, que demonstram uma ínfima participação da comunidade no contexto da Resex marinha de Tracuateua, tem-se a afirmativa de que a forma como se tem implementado a participação das comunidades tradicionais nas unidades de conservação, especificamente as Resex, tem

promovido uma dominação, padronização e controle, o que acaba por influenciar nas ações coletivas locais, bem como na forma de decidir e agir (DAGNINO, 2004; SAYAGO, 2008).

A existência desses espaços, pelo olhar da decolonialidade⁵, deveria proporcionar a existência de regras pós-coloniais, que conversassem como a nova era democrática. Contudo, o que se percebe é que “os espaços de participação acabam por funcionar como um reforço ao controle e poder do Estado a serviço do capital, gerando a falsa impressão de que há partilha do poder decisório” (ARAÚJO et al., 2018). A compreensão da comunidade de Quatipuru-Mirim, que está ligada diretamente a existência da Resex-Mar de Tracuateua por estar dentro da unidade, é fator chave para a inserção da comunidade no processo de gestão participativa, que é inerente a esta categoria de UC. No entanto, é preciso concordar com Rodrigues (2017) quando esta afirma que esse entendimento é “um processo lento que precisa ser trabalhado”, e que acaba por ser afetado pelos recursos escassos da AUREMAT e da administração pública (ICMBio), que junto com a extensa área territorial da unidade e a quantidade de comunidades usuárias do espaço configura-se como “um grande desafio a ser superado”.

Mesmo diante de um cenário, que por vezes, desmotiva, é preciso reconhecer que a proteção dessas comunidades não está apenas em lhe garantir um espaço territorial. A proteção, como ressalta Edgar Morin, não se restringe somente em integrar, num processo que acaba por desintegrar as culturas, mas sim capacitar essas comunidades para que elas sejam capazes de se reconhecerem e perceberem a importância do espaço no qual estão inseridas. Para o autor, a verdadeira proteção “está na tomada de consciência das próprias populações e em sua capacidade de federar-se” (MORIN, 2010).

Políticas públicas na comunidade: existem ou não?

Para que houvesse melhor entendimento dos comunitários, as políticas públicas foram tratadas durante as entrevistas como ações governamentais. Está abordagem se respalda na percepção de que o princípio de existência dessas políticas é sua institucionalização, a partir das necessidades dos atores sociais e de suas articulações traduzidas em decisões políticas, que se tornam ações do governo (CASTRO et al., 2012).

Nesta perspectiva, foram abordadas políticas públicas direcionadas a Resex, como o cadastro de famílias beneficiárias, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU, bolsa verde e o Programa Nacional de Reforma Agrária do INCRA na forma de construção de casas, na comunidade, pelo órgão. Para além dessas políticas, específicas para populações tradicionais e/ou áreas protegidas, também foram explanados outros temas que se enquadram em políticas públicas sociais, ligadas a saúde e infraestrutura, a fim de realizar um panorama das ações governamentais implementadas na comunidade.

No que diz respeito ao cadastro de famílias, 11 dos comunitários entrevistados afirmaram não ter participado, e apenas quatro deles afirmaram ter realizado o cadastramento, como expresso na fala do comunitário Mateus (50 anos): “vieram fazer e deixaram um papelzinho se eu não me engano, deixaram um

⁵ Pode ser entendida como um campo epistêmico que, de acordo com Soler (2009) busca compreender o mundo por meio de suas interioridades, espaços geográficos e propõe superar a modernidade no modelo europeu, ao mesmo tempo que denuncia sua colonialidade.

papelzinho, aí disseram que um dia ia aparecer uma equipe aqui que ia perguntar e a gente tinha que comprovar”.

Conforme o Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, em seu artigo 2, inciso II, a criação de unidades de conservação, especificamente as Resex e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, deve indicar “a população tradicional beneficiária” (BRASIL, 2002), o que torna o processo de cadastro uma ferramenta chave na elaboração do perfil dessas comunidades. Além do decreto, o ICMBio por meio da Instrução Normativa (IN) nº 35/2013 estabeleceu a necessidade de descrição dos critérios e/ou características para a construção do perfil de famílias beneficiárias que teriam direito ao território das UCs de uso sustentável (BRASIL, 2013). Neste sentido, o cadastro de famílias dentro de Resex deve ser um processo contínuo e atualizado das famílias beneficiárias (PRADO et al., 2018), principalmente, ao considerar que esta ação está diretamente ligada aos direitos de uso das populações quanto ao território e recursos presentes na unidade.

A Resex-Mar de Tracuateua, de acordo com dados publicados pelo ICMBio passou por processo de cadastro de famílias, não constando o número de beneficiários, somente o ano de realização da atividade, 2015 (ICMBio, 2019). Porém, de acordo com dados cadastrais de famílias presentes nos arquivos da AUREMAT, a comunidade possui 180 famílias (SILVA, 2018). Apesar de muitos comunitários não reconhecerem que participaram deste cadastro, eles se enquadram no perfil de beneficiário da unidade, a partir do critério estabelecido na Portaria nº 45/2015 do ICMBio que considera que a família beneficiária da Resex Marinha de Tracuateua:

é aquela cuja atividade extrativista principal é a pesca artesanal (Pesca de peixe e camarão, assim como a catação de caranguejo, siri, sururu, mexilhão, ostra e turus, dentre outros crustáceos e moluscos existentes na área da RESEX, tradicionalmente desenvolvida com técnicas, apetrechos e conhecimentos próprios) e/ou a produção de artesanato à base dos recursos naturais costeiros - marinhos, tradicionalmente realizada há mais de cinco anos (Considerada a data referência de 19/09/2009 para novas famílias pretendentes à sua inscrição como beneficiárias) na área delimitada em seu Decreto de criação de 20 de maio de 2005. (BRASIL, 2015)

Todos os comunitários afirmaram que não possuem documento de terra (CCDRU) (Quadro 5). No entanto, conforme documento oficial, os moradores de Quatipuru-Mirim, bem como os demais usuários da unidade possuem o CCDRU, que teve sua outorga deferida para a AUREMAT. O desconhecimento dos comunitários quanto a existência desse documento pode ser justificada pela relação quase inexistente da comunidade com a associação, que muitas vezes, conforme informado pelos entrevistados, ocorre apenas através da cobrança de taxas para os associados. Esta realidade, confirma o pensamento de que apesar de as associações serem fundamentais no processo de consolidação das Resex, muitos gestores de Resex Marinhas expõe os “conflitos entre associações locais e também entre as diversas condicionantes e limitações administrativas que são impostas pelo CCDRU às organizações de base comunitária” (PRADO et al., 2018).

Em relação ao Programa Bolsa Verde (PBV), os entrevistados se dividiram entre aqueles que receberam o benefício (cinco), os que não receberam, mas efetuaram o cadastro (cinco) e os que não receberam e não realizaram o cadastro (cinco). O gestor da unidade informou que não existe dados

específicos para a comunidade quanto ao pagamento da Bolsa Verde, somente o número total de beneficiários do programa, que conta com moradores do entorno e da comunidade em estudo. Em pesquisa realizada na Resex Marinha Mãe Grande de Curuçá, também foram poucos os entrevistados que recebiam a bolsa, o que demonstra que a generalização da política para todos os beneficiários da unidade é um problema que ocorreu em outras UCs, além da Resex-Mar de Tracuateua (DIAS, 2014). Este Programa foi criado no âmbito do Governo Federal, através da Lei nº 12.512/2011 e se caracterizava como um programa que gerava renda a partir de condicionantes socioambientais, que objetivava proporcionar melhores condições de vida para populações em extrema pobreza, destinado apenas às comunidades tradicionais em áreas reconhecidas como prioritárias para proteção ambiental, como forma de reconhecer o papel desse grupo social na conservação da natureza (BRASIL, 2019).

Quadro 5: Trechos das entrevistas sobre a documentação da terra.

Você possui algum documento que legitima a posse da terra onde você mora?
“Não. Aqui cada um chega aí, finca o toco, já está balizado. Já tá marcado, não tem documento de terra nenhum” (José Augusto, 46 anos)
“Não. Chegou, plantou os pau aí, fincou, já é sua” (Francisco, 45 anos)
“Não. Cada um onde chega faz, não tem” (Irene, 66 anos)
“Não. Chegou se agradou do lugar, aí é fazer a casinha. A gente não paga energia” (José Carlos, 59 anos)
“Não, não. Aqui não tem negócio assim de documento, onde chegar, faz a casa” (Lucas, 35 anos)

O PBV, nesse sentido, pode ser entendido como uma política pública compensatória (CHRISPINO, 2016), que até o ano de 2017 beneficiou mais de 12 mil famílias em Resex Costeiras e Marinhas, o que demonstra a importância do programa para a diminuição da desigualdade social, uma vez que “teve um impacto socioeconômico relevante, especialmente na visibilidade dos extrativistas pelo poder público” (PRADO et al., 2018). No entanto, em 2017 esta política teve um corte em seu orçamento e em 2018 já não mais fazia parte da previsão orçamentária do Ministério do Meio Ambiente.

Das políticas públicas destinadas a comunidades rurais e/ou tradicionais presentes em áreas protegidas, a construção das habitações por meio do crédito da reforma agrária do INCRA é a mais presente na comunidade, citada em muitos momentos das entrevistas, no qual era perceptível uma relação quase direta entre as casas e a Resex. Dos entrevistados, 12 deles tinham adquirido o benefício, enquanto três haviam realizado o cadastro e não haviam sido contemplados, o que trouxe certo conflito entre eles e a AUREMAT, como expresso na seguinte fala: “(...) nunca veio, veio de todo mundo, mas a minha nunca veio [casa do INCRA]” (Irene, 66 anos). Além das casas, alguns comunitários entrevistados receberam créditos de fomento, com aquisição de eletrodomésticos, apetrechos de pesca e embarcações (canoas), como indicado pela seguinte fala: “Aqui a gente ganhamos só a casa e os objeto também saiu pra nós, negócio de freeze e artigo de pesca” (Sandra, 59 anos).

Na percepção de nove desses entrevistados essas ações, bolsa verde e créditos de instalação e fomento do INCRA, promoveram melhoria para as comunidades (Quadro 6). No entanto, seis deles trazem críticas e acreditam que não enxergam melhoria em suas vidas, como descrito a seguir: “Não vejo melhoria nenhuma” (Maria do Socorro, 54 anos); “Ainda não” (Pedro, 60 anos). Apesar de seis entrevistados afirmarem não ter melhoria, três mencionaram a construção das casas: “Não. Só a casa mesmo e pronto”

(José Augusto, 46 anos); “Primeiro foi o INCRA, que trouxe essas casas aí que deu para a gente, aí depois disso não teve” (Raimundo, 58 anos); “Só as casas do INCRA mesmo, que eles deram, que o resto...” (Lucas, 35 anos).

Quadro 6: Trechos das entrevistas sobre a percepção quanto à melhoria ou não advinda das políticas públicas.

As ações do governo trouxeram melhoria para as condições de vida de vocês?
“Trouxe. Trouxe, porque logo a maioria dessas casas aí, é mais dessas casas do INCRA, sabe. Aí trouxe né” (Jade, 43 anos)
“Um pouco, não cem por cento, mas sessenta por cento foi” (Mateus, 50 anos)
“Trouxe, pelo menos as redes né. Ganhamos a casa, ganhamos a rede, eu pedi rede, deus o livre, uma rede dessa.. nós não tinha condição de comprar assim, a rede é caro, e boa. (...) ganhamos uma canoa, aí nós vendemos, porque não tinha condição, era pequena. Com o dinheiro dela eu comprei rede de novo” (Miguel, 54 anos)
“Melhorou um pouco, que muitas casas a gente não tinham condição de fazer né. Mesmo com a madeira ruim que eles deram, mas a gente aceitou que não tinha outro meio né. Tinha gente que não tinha casa, e aí melhorou mais um pouco” (Marina, 64 anos)

A partir da criação das Resex elas passaram a constituir o Programa Nacional de Reforma Agrária, que além de disponibilizar créditos para instalação habitacional, também disponibiliza créditos de fomento que podem ser aplicados em objetos de pesca e embarcação. Para muitas comunidades a implementação dessa política pública representa a porta de entrada das ações do governo que são reconhecidas por ele, principalmente, em locais onde as comunidades vivem com rendas baixas e são isoladas (PRADO et al., 2018).

Das políticas implementadas na Resex, o PBV e os créditos do INCRA podem ser considerados os mais relevantes, do ponto de vista da comunidade. E a falta desses recursos, como o corte da Bolsa Verde e a falta de acessibilidade dos créditos por alguns dos comunitários fortalece a ideia de que “as políticas e a gestão públicas específicas para as populações extrativistas, ribeirinhas e indígenas têm sido predominantemente negativas nesses últimos tempos” (SIMONIAN, 2018). Isso é confirmado na realidade dos entrevistados, quando alguns mencionam que as ações do governo, como as habitações do INCRA e o Bolsa Verde não promoveram melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Quanto às políticas sociais relacionadas a saúde e infraestrutura os entrevistados informaram que a comunidade possui posto de saúde, no entanto, quatro afirmaram que na verdade existe apenas uma casa alugada que teoricamente funciona o estabelecimento (Figura 2). Apesar da existência do espaço físico, todos os comunitários disseram que não são feitas visitas frequentes dos médicos, descrita por alguns como: “De vez em quando, quando é de três mês, quatro meses, vem” (Irene, 66 anos); “Rapaz, vinha, agora esse negócio de prefeito. Troca aí. Está com mais de três mês que não vem” (Lucas, 35 anos); “Algumas vez que vem aí, de três em três mês, agora está passando quase uns quatro meses que não vem” (Paulo, 41 anos). Nove deles afirmaram não haver medicamento no local, dois não informaram e quatro disseram ter poucos remédios ou o básico.

Outra questão abordada com os comunitários foi o acesso a água, uma vez que eles vivem em uma praia, além de a comunidade não possuir sistema de água encanada e abastecimento público. Dentro desta realidade, as formas de obtenção de água para consumo são diversificadas. O porto da Alemanha, localizado a 30-40 minutos da comunidade onde eles utilizam como ponto de saída para a cidade e outras comunidades, bem como local de transferência do pescado para a comercialização, foi citado por seis dos entrevistados como o lugar onde eles conseguem água para beber, lavar louça e roupa, entre outras necessidades. Ressalta-

se que neste local existe um sistema de abastecimento de água cedido pela prefeitura em que fica disponível água para consumo da comunidade.



Figura 2: Casa alugada onde funciona o posto de saúde da comunidade de Quatipuru-Mirim.



Figura 3: A) Poço localizado no quintal de um dos entrevistados; B) Poço comunitário.



Figura 4: Tipos de sistema de reaproveitamento de água da chuva presentes na comunidade.

Para outros cinco comunitários, tanto o porto da Alemanha quanto os poços localizados na própria comunidade são usados para abastecimento de suas casas. A água do poço local é usada para atividades menos nobres, como limpeza de vasos sanitários, lavagem de roupas e louças. Apenas um comunitário afirmou usar somente a água desse poço local. O poço local, por vezes está presente no quintal de alguns comunitários, outros utilizam um poço comunitário distante cerca de 1 km das residências (Figura 3). Além da distância, o acesso ao poço é dificultado por depender do regime de marés, por se encontrar em um local que é rodeado pela água na maré cheia. O regime de maré acaba por restringir o acesso a horas em que o sol se encontra em seu pico de exposição ou permite a aquisição de água apenas no período noturno.

O reaproveitamento da água da chuva (em cisternas plásticas ou vasos artesanais produzidos na

comunidade) (Figura 4) também é realizado por três dos comunitários que utilizam produto químico (hipoclorito de sódio) para poder beber a água, principalmente com armazenagem dela para o período de verão em que o acesso a este recurso é ainda mais dificultado. Dos comunitários que reaproveitam a água da chuva, dois deles também transportam água do porto da Alemanha, quando a água armazenada não é suficiente para passar o verão. Quanto a energia todos os comunitários afirmaram que esta é produzida por gerador (Figura 5), com disponibilidade de quatro horas e 30 minutos durante a noite, sendo o combustível cedido pelo governo municipal.



Figura 5: Casa do gerador de energia elétrica da comunidade.

Os problemas com água e energia na comunidade são tão marcantes que quando questionados sobre quais ações governamentais poderiam ser realizadas na comunidade para melhoria da qualidade de vida deles, seis dos entrevistados foram unânimes em se referir aos problemas com a água, concluindo que a instalação de um sistema de abastecimento dela seria o principal ponto a ser melhorado em Quatipuru-Mirim. Outros quatro entrevistados acreditam que a água e a energia seriam dois pontos a serem transformados para que melhore a vida deles dentro da comunidade. Dois deles citaram apenas a energia, outros dois falaram sobre o seguro defeso no período de reprodução do pescado e um comunitário citou que além da água e energia a comunidade precisa de saneamento (Quadro 7).

Quadro 7: Trechos das entrevistas com descrição das políticas públicas necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Quatipuru-Mirim.

Quais ações do governo deveriam ser realizadas para melhorar a qualidade de vida de quem mora na comunidade?
“Tem e muito. A água mermo para nós aqui, o negócio da água está meio...os pocinhos assim, tão tudo...a água para gastar, né, tão tudo salgado aí. Alguns, é muito difícil tu achar um que tem água boa aí. Tudo é na Alemanha que o cara tem que ir buscar” (Lucas, 35 anos)
“A gente assim...o que a gente precisa mermo, assim se fosse o caso de fazer mermo, era sobre a água. Menos que não fizesse outra coisa, mas colocando a água para a gente, acho que a gente era feliz para o resto da vida. Porque é muito ruim a gente para lavar um alimento não tem, a gente vai usar um vaso não tem, a gente vai lavar uma roupa, a gente pensa, a gente vai lavar uma louça a gente pensa, a gente pensa porque, já pensou, a gente pode ter a água, mas se não for no sol quente, meio dia, uma hora para pegar uma água, a gente não pega água, às vezes quem tem seus poços é tudo no cadeado, né. A gente fica dependente da pessoa, às vezes a pessoa não tá com a cara boa, não amanhase num bom coração” (Jade, 43 anos)
“Se chegasse e fizessem o esforço de vim a luz da Alemanha [porto], menos a luz, pra chegar aqui também era bom” (Pedro, 60 anos)
“Energia e água. É o ponto fundamental aqui dessa localidade [a água]. A energia direto era um ponto fundamental também. Uma energia direto, por quê? Porque podia botar até um açouguzinho, pra vender uma carne, um frango” (Mateus, 50 anos)
“Aqui ele pra nós ainda não fez né, porque uma vez disse que eles ia dá um direito de pescador quando chegasse o tempo do peixe ovar [seguro defeso]” (José Carlos, 59 anos).
“Chegar uma energia aqui. A água, ter um projeto de água, que não tem. No caso, assim, um projeto de esgoto, de fossa que não tem. Aqui a nossa vida é, só Jesus mesmo para nos guardar. Aqui a gente vive no meio de muita poluição, muita poluição ambiental,

Quais ações do governo deveriam ser realizadas para melhorar a qualidade de vida de quem mora na comunidade?

assim, eu vejo. Principalmente o povo aqui. O povo aqui não tem essa visão de ter esse cuidado com o ambiente, com essa praia aqui. Eles não têm nem aí. É lixo mesmo aí para os lados. A gente vê né. Vocês tão vendo aí. Eles não têm esse zelo, esse cuidado, preocupação. Porque nós mesmo jogando né, isso nos prejudica, então...ninguém tem essa visão de queimar e isso aí também, eu acharia que a gente deveria ter ajuda assim do governo, prefeitura, né. A gente deveria colher, não enterrar aqui, não queimar, para lá se levava né [cidade de Tracuateua].” (Maria do Socorro, 54 anos)

Em estudo realizado na Resex Caeté-Taperaçu as cobranças por políticas públicas sociais como os serviços públicos de água, saúde e energia, bem como o seguro defeso (voltado para o caranguejo) também foram ações mencionadas pelos entrevistados quando questionados quanto às expectativas de usuários da unidade (SILVA JÚNIOR et al., 2014). Em relatórios de campo produzidos pelo ICMBio e a Universidade Federal de Viçosa, no ano de 2014, sobre a Floresta Nacional do Purus e a Resex Verde Para Sempre, ambas no bioma Amazônico, percebeu-se que nos relatos, os comunitários dessas unidades também mencionaram problemas relacionados à falta de infraestrutura e profissionais de saúde, bem como a privação ao acesso de energia elétrica (TEIXEIRA et al., 2017).

A mesma realidade é vivenciada por outras comunidades em reservas extrativistas, como a falta de energia elétrica, água encanada e serviços básicos de saúde inadequados na Resex de Corumbau (DI CIOMMO, 2007). A deficiência no sistema de saúde também é presente nas Resex Marinhas de Arraial do Cabo e Prainha do Canto Verde (CARDOSO et al., 2018). Diante dessas realidades, semelhantes às vivenciadas por Quati-puru-Mirim, o que se percebe é que as políticas públicas, sejam as aplicadas as comunidades tradicionais em áreas protegidas, sejam as sociais (que é direito de todo cidadão brasileiro) quando não estão ausentes em comunidades residentes em unidades de conservação, são implementadas de forma ineficientes, prejudicando sobremaneira a qualidade de vida dessas populações.

Nesta discussão, cabe salientar que a qualidade de vida das comunidades tradicionais é fator integrante para o alcance da sustentabilidade proposta na criação desses espaços. Dentro dessa perspectiva, Leff (2015) afirma que qualidade de vida está diretamente ligada aos “aspectos qualitativos das condições de existência, além de seu valor econômico, da normalização das necessidades básicas e de sua satisfação através de programas de benefício social”. O autor ainda defende que a qualidade de vida é a soma da satisfação das necessidades fundamentais com as questões culturais, que unidas transformam este conceito em complexo e multidimensional.

Portanto, o acesso às políticas públicas é fundamental para o alcance da justiça social diante dos problemas enfrentados por esta comunidade, numa abordagem de igualdade por acesso aos direitos humanos básicos, ao considerar o pressuposto defendido por Morin (2010) de que “a igualdade humana dos direitos humanos vale para todas as culturas, para todas as línguas, para todas as raças, etcetera”.

CONCLUSÕES

Os dados produzidos nesta pesquisa demonstram que a comunidade de Quati-puru-Mirim, apesar de reconhecer a existência da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua e que a comunidade se encontra dentro da unidade, não entendem totalmente o sentido da existência da UC, ao considerar que estão aquém dos processos de gestão (CD), não mantendo relação direta com a associação de usuários e a gestão

governamental da unidade. Para além de estarem às margens do processo de governança da unidade, o panorama de políticas públicas implementadas mostra que a comunidade tem sido pouco assistida em ações governamentais essenciais para a sua qualidade de vida, principalmente no que se refere a infraestrutura (água). As ações governamentais no âmbito das políticas para áreas protegidas se configuram quase que exclusivamente ao Programa Nacional de Habitações Rurais do INCRA, tido pelos comunitários como a única melhoria trazida pela criação da unidade no local.

Nesse sentido, é preciso buscar soluções junto aos poderes governamentais para desenvolvimento de melhorias dentro da comunidade, como forma de promover transformações que visem a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Quatipuru-Mirim. Para além, disso é necessário realizar ações que visem o empoderamento e a construção do sentimento de pertencimento dessa comunidade à Resex-Mar de Tracuateua, principalmente considerando que o surgimento dessa categoria de unidade de conservação surgiu, fundamentalmente, pela luta dos movimentos sociais para o reconhecimento dos seus espaços de reprodução social e proteção dos recursos naturais essenciais para construção do seu modo de vida.

Este empoderamento e sentimento de pertencimento só será construído quando as lacunas e barreiras invisíveis criados entre a AUREMAT e a própria gestão da unidade com Quatipuru-Mirim forem superados num esforço conjunto de tornar essa comunidade protagonista na proteção dos recursos naturais desta Resex e do seu modo de viver.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. P.; NICOLAU, O. S.. Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v.48, p.299-320, 2018. DOI: <http://doi.org/10.5380/dma.v48i0.58831>

ALLEGRETTI, M.. Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n.1, p.5-23, 1992.

ALLEGRETTI, M.. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A. et al. **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.17-47.

ALLEGRETTI, M.. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvol. Meio Ambiente**, n.18, p.39-59, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13423>

ANDRADE, J. C. P.; SCHIAVETTI, A.; ESTIVAL, K. G. S.; SOUZA, P. S. V. N.; BERHMANN, D. G. M.. Atividade pesqueira no sul da Bahia, Brasil: características socioeconômicas e conflitos socioambientais. **RICA**, v.9, n.4, 2018. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2018.004.0005>

BALLARINI, D. H.. **A percepção dos moradores de Carateua em relação à Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2012.

BOSI, E.. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília: DOU, 2000.

BRASIL. Planalto. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Planalto. **Decreto s/n, de 20 de maio de 2005**. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Município de Tracuateua, no Estado do Pará, e dá outras providências. Brasília, 2005

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de uso da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua – Tracuateua**. Belém, 2006.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Portaria nº 83, de 27 de agosto de 2010**. Altera a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Brasília: DOU, 2010.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 35, de 27 de dezembro de 2013**. Disciplina no âmbito do Instituto Chico Mendes, as diretrizes e procedimentos administrativos para

a elaboração e homologação do perfil da família beneficiária em Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Florestas Nacionais, com populações tradicionais. Brasília: DOU, 2013.

BRASIL. Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 09, de 05 de dezembro de 2014**. Brasília: ICMBio, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza. **Portaria nº 45, de 06 de outubro de 2015**. Aprova o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. Brasília: DOU, 2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde**. Brasília: MMA, 2019.

CARDOSO, P. O.; DOULA, S. M.. Reservas extrativistas marinhas: perspectivas e limitações para jovens pescadores. **Acta Biológica Catarinense**, v.5, n.2, p.5-19, 2018. DOI: <http://doi.org/10.21726/abc.v5i2.462>

CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N.. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012.

CHIZZOTTI, A.. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHRISPINO, A.. **Introdução ao estudo das políticas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

CONTENTE, A. C. P.. Bragança: um breve olhar sobre a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. **Amazonica - Revista de Antropologia**, Belém, v.5, n.3, p.682-706, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v5i3.1587>

COSTA, J. N.. **As Novas Regras do Jogo para o Acesso aos Recursos Naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

DAGNINO, E.. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. In: MATO, D.. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, 2004. p.95-110.

DIAS, D. R.. **Espaços, políticas públicas e mobilidade populacional na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá**. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

DI CIOMMO, R. C.. Turismo, gênero e pesquisa participativa na reserva extrativista marinha do Corumbau. **Caderno Virtual de Turismo**, v.7, n.2, p.1-22, 2007.

DOWBOR, M.; HOUTZAGER, P.; SERAFIM, L.. **Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos**. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, 2008.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. Anuário Estatístico do Pará 2015. **Áreas protegidas (km²) no estado do Pará e seus municípios** – 2014. FAPESPA, 2015.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M.. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Tradução André De Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C.. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p.17-42.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G.. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, v.14, n.28, p.139-152, 2004. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>

GASKELL, G.. Entrevistas individuais e de grupos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.64-89.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S.; SILVA, C. F. R.. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R.. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p.185-221.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Painel Corporativo: RESEX Marinha de Tracuateua**. 2019.

LEFF, E.. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C.. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v.11, n.2, p.237-253, 2008.

LUCENA, F. P.; CABRAL, E.; SANTOS, M. C. F.; OLIVEIRA, V. S.; BEZERRA, T. R. Q.. A pesca de currais para peixes no litoral de Pernambuco. **Bol. Téc. Cient. CEPENE**, Tamandaré, v.19, n.1, p.93-102, 2013.

MAIA, C.; LIMA, M. C. P.; SILVA, M. M. T.; PAIVA, R. S.. Densidade e estrutura populacional do caranguejo-uçá, *Ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v.6, n.2, p.86-92, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18561/2179-5746/biotaamazonia.v6n2p86-92>

MARCONDES, N. A. V.; BRISOLA, E. M. A.. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos, v.20, n.35, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.18066/revunivap.v20i35.228>

MARTINS, G. A.. **Estudo de Caso: Uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. S.. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde**. 2 ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.

MINAYO, M. C. S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R.. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MORIN, E.. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. **Inventário da oferta turística de Tracuateua**. 2014.

PRADO, D. S.; SEIXAS, C. S.. Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v.48, p.281-298, novembro 2018. DOI: <http://doi.org/10.5380/dma.v48i0.58759>

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELO, Y. G. S.; VAZ, E. M.; ZACARDI, D. M.. Perfil socioeconômico dos pescadores artesanais de dois lagos periurbanos de Santarém, estado do Pará. **Revista Desafios**, v.4, n.3, 2017. DOI: <http://doi.org/10.20873/uf.2359-3652.2017v4n3p73>

RODRIGUES, M. C.. **A atuação da associação dos usuários da reserva extrativista marinha de Tracuateua (Pa) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

RODRIGUES, M. C.; SCHMITZ, H.. Conflito social: o caso da "Pesca de Marrecas" na Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (PA). **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v.9, n.1, p.132-154, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v9i1.5486>

SANTOS, A. M.; SIMONIAN, L. T. L.. RESEX Marinha Gurupi-Pirirá e políticas públicas educacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.42, p.308-327, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v42i0.47028>

SAYAGO, D.. Participação: olhar para fora ou olhar para dentro. **Ra Ximhai**, v.4, n.3, p.543-558, 2008.

SILVA, J. B.. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2003

SILVA, J. B.. Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v.3, n.3, p.411-412, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1981-81222008000300011>

SILVA, P. P.. From common property to comanagement: lessons from Brazil's first maritime extractive reserve. **Marine Policy**, v.28, p.419-428, 2004. DOI: <http://doi.org/10.1016/j.marpol.2003.10.017>

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L.. População tradicional, Reservas Extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v.33, p.163-175, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v33i0.36473>

SILVA JÚNIOR, S. R.; SIQUEIRA, D.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G.. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: Reserva Extrativista de Caeté-Taperaçú/Amazônia brasileira. **Scripta Nova**, v.18, n.477, 2014.

SILVA JÚNIOR, S. R.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G.; SILVA, T. I.. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista no Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v.21, n.2, p.173-191, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v21i1.3388>

SILVA, S. M.. **Hipermapa como ferramenta de sensibilização ambiental para a Resex Marinha de Tracuateua – PA**. Monografia (Bacharelado em Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2018.

SILVEIRA, I. M. D.. **Quatipuru agricultores, pescadores e coletores em uma vila amazônica**. Belém: Publicações Avulsas, 1979.

SIMONIAN, L. T. L.. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N.. **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém: CEJUP, 2000. p.9-53.

SIMONIAN, L. T. L.. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvol. Meio Ambiente**, v.48, p.118-139, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58920>

SOLER, J. C. V.. La perspectiva decolonial y sus posibles contribuciones a La construcción de Otra economía. **Otra Economía**, v.3, n.4, p.46-65, 2009. DOI: <http://doi.org/10.4013/1124>

TEIXEIRA, T. H.; FERREIRA NETO, J. A.; MOURA, R. A.; FIGUEIREDO, N. A.. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável no Bioma Amazônico: Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n.46, p.71-89, 2017.

THOMPSON, P.. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, H. M.. **Pesquisa em educação: a observação**. Brasília: Plano, 2003.

VIVACQUA, M.; RODRIGUES, H. C. L.. Reservas Extrativistas Marinhas à luz da representação social de pescadores artesanais do litoral centro-sul de Santa Catarina. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v.48, p.392-416, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58832>